

estudos e pesquisas

Nº 44 – maio 2009

Balanço dos pisos salariais negociados em 2008

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Balanço dos pisos salariais negociados em 2008

O piso salarial, um dos principais itens de pauta das negociações salariais dos trabalhadores brasileiros, é mais uma vez objeto de análise da série “Estudos e Pesquisas” do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Para 2008, foram analisados 628 pisos salariais registrados no SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários, que abrangem os trabalhadores de categorias profissionais pertencentes aos setores da indústria, do comércio, dos serviços e do meio rural.

Um aspecto importante destacado no estudo é o impacto da atual política de valorização do salário mínimo sobre as negociações dos pisos salariais. A aplicação dos critérios de reajuste definidos por essa política fez com que o salário mínimo atingisse, em fevereiro de 2009, o valor de R\$ 465,00, o que representa, segundo o INPC-IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um ganho real expressivo de 5,8%, em relação ao valor que vigorava anteriormente.

Análise dos resultados

A distribuição dos pisos salariais, segundo critérios que os definem, não apresenta modificações substanciais diante do observado em 2007 (Tabela 1). Os pisos definidos segundo a função desempenhada pelo trabalhador continuam mais frequentes, constando em pouco mais de 46% das unidades de negociação estudadas. Na sequência, mantêm-se em destaque os acordos que definem pisos únicos para a empresa ou categoria (34%) e os que definem pisos diferenciados por tempo de serviço¹ (17%).

O percentual de acordos que utilizam a dimensão da empresa como parâmetro é o que apresentou o maior incremento em relação ao ano anterior: subiu de 7,7%, em 2007, para 10%, em 2008.

Por fim, permanecem em baixa proporção as negociações que utilizam critérios como localidade, presente em 3,2% dos casos; vigência do piso², observada em 2,5%; e duração da jornada contratada, visto em 2,1% dos documentos analisados.

¹ Quando o contrato coletivo define um piso salarial para o trabalhador recém contratado e outro para o efetivo.

² Quando o piso negociado na data-base tem validade restrita a um determinado período, ao fim do qual passa a um valor mais alto.

TABELA 1
Critérios para definição de pisos salariais
em cada unidade de negociação
Brasil - 2007 e 2008

Critérios	Pisos Salariais			
	2007		2008	
	nº	%	nº	%
Função	295	45,7	291	46,3
Piso único	234	36,2	211	33,6
Tempo de serviço	99	15,3	106	16,9
Dimensão da empresa	50	7,7	63	10,0
Localidade	26	4,0	20	3,2
Vigência do piso	22	3,4	16	2,5
Jornada	20	3,1	13	2,1

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Pisos salariais e salário mínimo oficial

Em 2008, cerca de 56% das unidades de negociação estudadas estabeleceram pisos que não ultrapassaram o valor de 1,25 salário mínimo e; 77% não superaram o valor de 1,5 salário mínimo (Tabela 2). No que diz respeito aos valores mais elevados, pouco mais de 2% das categorias estudadas conquistaram pisos salariais superiores a 2,5 salários mínimos.

TABELA 2
Distribuição dos pisos salariais por faixas
de salário mínimo vigente na data-base
Brasil - 2008

Equivalência em SMs	nº	%	% acumulado
1,00	36	5,7	5,7
1,01 a 1,25	317	50,5	56,2
1,26 a 1,50	132	21,0	77,2
1,51 a 1,75	82	13,1	90,3
1,76 a 2,00	29	4,6	94,9
2,01 a 2,25	14	2,2	97,1
2,26 a 2,50	4	0,6	97,8
2,51 a 2,75	6	1,0	98,7
Mais de 2,76	8	1,3	100,0
Total	628	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Ao confrontar o resultado de 2008 com os publicados nos três estudos anteriores (Tabela 3), nota-se o aumento na proporção dos pisos salariais em valores próximos ao do

salário mínimo. Esse aumento é mais acentuado entre 2005 e 2006, mas também se verifica entre 2006 e 2007 e, mais discretamente, entre 2007 e 2008.

Entre os fatores que podem ser arrolados como causas dessa aproximação destaca-se a atual política de valorização do salário mínimo, que tem reajustado o valor desta remuneração em percentuais superiores à variação da inflação e à média dos reajustes salariais acompanhados pelo DIEESE.

TABELA 3
Distribuição dos pisos salariais por faixas
de salário mínimo vigente na data-base (em %)
Brasil - 2005 a 2008

Equivalência em SMs	2005	2006	2007	2008
1,00	1,1	2,7	3,4	5,7
até 1,25	26,3	50,7	56,3	56,2
até 1,50	50,0	72,6	77,2	77,2
até 1,75	69,1	81,9	87,6	90,3
até 2,00	80,6	88,5	91,8	94,9
até 2,25	86,2	90,9	94,3	97,1
até 2,50	90,7	93,8	95,4	97,8
até 2,75	93,9	95,6	96,3	98,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A Tabela 4, a seguir, reforça as informações anteriores. Entre 2005 e 2008, os indicadores apontam para uma aproximação dos pisos salariais ao valor do salário mínimo. O valor médio recuou de 1,73 salário mínimo, em 2005, para 1,34, em 2008. Da mesma forma, a mediana – valor que separa os 50% maiores dos 50% menores – retrocedeu gradativamente de 1,50 salário mínimo, em 2005, para 1,20, em 2008. O primeiro quartil – valor abaixo do qual estão situados os 25% primeiros pisos em ordem crescente de valor – também apresentou comportamento parecido: passou de 1,23 salário mínimo, em 2005, para 1,07, em 2008.

TABELA 4
Dados estatísticos sobre os pisos salariais acordados
Brasil - 2005 a 2008

Estatísticas	2005	2006	2007	2008
Primeiro Quartil	1,23	1,14	1,09	1,07
Média	1,73	1,54	1,40	1,34
Mediana	1,50	1,32	1,22	1,20

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Pisos salariais por setores econômicos e ramos de atividade

A distribuição dos pisos salariais segundo setor econômico, conforme Tabela 5, revela algumas particularidades. O meio rural é o que apresenta a maior concentração de pisos em baixos valores: cerca de 88% dos pisos situam-se na faixa entre 1,00 e 1,25 salário mínimo e os demais, na faixa entre 1,26 e 1,50 salário mínimo.

Nos outros setores – indústria, comércio e serviços – ainda são observadas elevadas concentrações nas faixas mais baixas, mas em proporções menores que no setor rural. Do painel analisado, o comércio apresenta a segunda maior concentração de pisos nas menores faixas, seguido pelos serviços e, por último, pela indústria. Os setores de serviços e comércio são também os que apresentam as maiores incidências de pisos nas faixas superiores.

TABELA 5
Distribuição dos pisos salariais por faixas de salário mínimo vigente na data-base, segundo setor de atividade econômica - Brasil – 2008

Equivalência em SMs	Indústria		Comércio		Serviços		Rural		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1,00 a 1,25	174	53,7	58	62,4	106	54,6	15	88,2	353	56,2
1,26 a 1,50	65	20,1	23	24,7	42	21,6	2	11,8	132	21,0
1,51 a 1,75	56	17,3	5	5,4	21	10,8	0	-	82	13,1
1,76 a 2,00	21	6,5	1	1,1	7	3,6	0	-	29	4,6
Mais de 2,00	8	2,5	6	6,5	18	9,3	0	-	32	5,1
Total	324	100,0	93	100,0	194	100,0	17	100,0	628	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

A Tabela 6, a seguir, apresenta o número e o percentual de negociações com pisos iguais ou superiores a 1,5 salário mínimo, por setores e ramos de atividade. Na indústria, aproximadamente 27% das categorias negociaram salários de ingresso acima deste patamar, percentual superior aos 23% apurados no estudo de 2007. A indústria química e farmacêutica se destacou, com 60% das unidades de negociação nesta faixa, seguida pela indústria urbana e, em que pese o número reduzido de informações, pelas indústrias do papel, papelão e cortiça e de artefatos de borracha. Já nos ramos de joalheria e lapidação, produção de instrumentos musicais e têxteis, não houve nenhuma ocorrência de pisos salariais em valores iguais ou maiores do que 1,5 salário mínimo.

Quanto ao comércio, esse patamar foi superado em apenas 13% das negociações. Os profissionais propagandistas e vendedores de produtos farmacêuticos foram os que tiveram maior proporção de pisos superiores a esse valor - 86% dos casos analisados. Por outro lado, os trabalhadores no comércio atacadista e varejista, subsetores nos quais se concentra parcela significativa da categoria, continuaram apresentando a menor proporção: 3%.

O setor de serviços, que sempre apresentou o maior percentual de negociações com pisos iguais ou superiores a 1,5 salário mínimo nos estudos anteriores do DIEESE, em 2008

não manteve o mesmo desempenho: somente 24% dos contratos coletivos analisados do setor registram pisos nessa faixa. Em 2007, esse resultado foi verificado em cerca de 30% dos acordos e, nos anos anteriores, em proporção sempre superior a 40%.

TABELA 6
Total de pisos salariais negociados e resultados iguais ou superiores a 1,5 salário mínimo, por setor e ramo de atividade econômica - Brasil – 2008

Setor/ramo	Total	Pisos iguais ou superiores a 1,5 SM	
		nº	%
INDÚSTRIA	324	86	26,5
Alimentação	47	12	25,5
Artefatos de Borracha	2	1	50,0
Construção e Mobiliário	71	15	21,1
Extrativista	9	2	22,2
Gráfica	14	4	28,6
Instrumentos Musicais	1	0	0,0
Joalheria e Lapidação	1	0	0,0
Metalúrgica	60	15	25,0
Papel, Papelão e Cortiça	4	2	50,0
Química e Farmacêutica	45	27	60,0
Têxtil	21	0	0,0
Urbana	12	6	50,0
Vestuário	34	1	2,9
Vidros e Cristais	3	1	33,3
COMÉRCIO	93	12	13,3
Atacadista/Varejista	66	2	3,2
Minérios e Derivados de Petróleo	20	4	20,0
Propagandistas/Vendedores Prod.	7	6	85,7
Farmacêuticos			
SERVIÇOS	194	46	23,7
Agentes Autônomos no Comércio	7	1	14,3
Bancos e Seguros	8	7	87,5
Comunicações, Publicidade e Jornalismo	27	9	33,3
Cultura Física	1	0	0,0
Difusão Cultural	5	0	0,0
Educação	13	2	15,4
Processamento de Dados	9	2	22,2
Segurança e Vigilância	18	7	38,9
Serviços de Saúde	19	4	21,1
Transportes	31	12	38,7
Turismo e Hospitalidade	56	2	3,6
TRABALHADORES RURAIS	17	0	0,0
TOTAL	628	144	23,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

A Tabela 7 traz as médias dos pisos salariais, bem como o menor e maior valor observado em cada setor e ramo de atividade econômica nos quais há registro de informação de, pelo menos, oito negociações.

O primeiro dado a ser destacado é que, em quase todos os ramos relacionados na Tabela, o menor piso salarial possui valor equivalente ao salário mínimo. Exceções são observadas nas negociações dos trabalhadores em bancos e empresas privadas de seguros – em que o menor piso registrado equivale a 1,16 salário mínimo – e, embora em valor muito próximo ao mínimo oficial, nas dos trabalhadores da indústria química e farmacêutica (1,01 SM) e em transportes (1,02 SM).

Os mais altos salários de ingresso e as maiores médias são verificados no setor de serviços. Esse fato pode ser explicado pela alta incidência de categorias de profissionais com escolaridade de nível superior. Nos serviços, a maior média e o maior piso foram registrados no segmento de saúde e em comunicação, publicidade e jornalismo.

Na indústria, que aparece em segundo lugar em termos de melhores resultados, os maiores pisos variam de 1,45 salário mínimo, no ramo têxtil, a 3,46, nos metalúrgicos – segmento que costuma pagar os salários mais elevados. Também é possível afirmar que nos ramos da indústria urbana (empresas de energia elétrica e de purificação e distribuição de água), química e farmacêutica e metalúrgica são pagos, em média, pisos salariais superiores à média apurada no painel.

O comércio e o setor rural são os que apresentaram as menores disparidades entre os valores dos pisos acordados. No comércio, o maior piso salarial equivale a 2,72 vezes o menor. No meio rural, a 1,25 vez. Em relação ao comércio, o ramo atacadista e varejista apresentou a quarta média mais baixa dos pisos em 2008 (1,18 SM), sendo o maior piso (1,60 SM) muito abaixo do restante do painel. Por outro lado, o ramo do comércio de minérios e derivados de petróleo apresentou uma das médias mais altas do estudo (1,41 SM).

TABELA 7
Média, menor e maior⁽¹⁾ piso salarial, em salários mínimos,
por setor econômico e ramos de atividade selecionados
Brasil - 2008

Setor/ramo	Total	Menor piso	Maior piso	Média	Maior piso / Menor piso ⁽²⁾
INDÚSTRIA	324	1,00	3,46	1,32	3,46
Alimentação	47	1,00	2,04	1,34	2,04
Construção e Mobiliário	71	1,00	2,22	1,26	2,22
Extrativista	9	1,00	2,06	1,34	2,06
Gráfica	14	1,00	1,91	1,32	1,91
Metalúrgica	60	1,00	3,46	1,38	3,46
Química e Farmacêutica	45	1,01	1,96	1,49	1,93
Têxtil	21	1,00	1,45	1,10	1,45
Urbana	12	1,00	2,51	1,56	2,51
Vestuário	34	1,00	1,54	1,10	1,54
COMÉRCIO	93	1,00	2,72	1,29	2,72
Atacadista/Varejista	66	1,00	1,60	1,18	1,60
Minérios e Derivados de Petróleo	20	1,00	2,72	1,41	2,72
SERVIÇOS	194	1,00	5,06	1,42	5,06
Bancos e Seguros	8	1,16	2,23	1,79	1,92
Comunicações, Pub. e Jornalismo	27	1,00	4,74	1,84	4,74
Educação	13	1,00	1,80	1,25	1,80
Processamento de Dados	9	1,00	1,66	1,32	1,66
Segurança e Vigilância	18	1,00	2,60	1,49	2,60
Serviços de Saúde	19	1,00	5,06	1,62	5,06
Transportes	31	1,02	2,73	1,47	2,67
Turismo e Hospitalidade	56	1,00	2,28	1,15	2,28
TRABALHADORES RURAIS	17	1,01	1,27	1,11	1,25
TOTAL	628	1,00	5,06	1,34	5,06

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas: 1) Valor mais elevado do subconjunto que reúne somente o menor dos pisos acordados para atividades-fim em cada uma das unidades de negociação.

2) Os números aqui obtidos resultam da divisão do maior piso salarial pelo menor, depois de convertidos em múltiplos de salários mínimos.

Obs.: a) São apresentados apenas os ramos de atividade econômica com 8 ou mais negociações registradas no painel.
b) Nos totais por setor e total geral da tabela foram considerados todos os 628 pisos salariais.

Pisos salariais por regiões geográficas

Do ponto de vista do comportamento regional, os valores médios mais elevados são observados nas negociações de abrangência Nacional (1,69 SM) e nas localizadas no Sudeste (1,41 SM). Quanto aos maiores pisos, destacam-se duas negociações: uma situada no Nordeste, que resultou em piso equivalente a 5,06 salários mínimos, e outra no Sudeste – o piso estipulado um valor de 4,74 salários mínimos.

TABELA 8
Média, menor e maior⁽¹⁾ piso salarial por região geográfica
Brasil - 2008

Região	TOTAL nº	Média		Menor Piso		Maior piso		Maior piso / Menor piso ⁽²⁾
		em R\$	em SM	em R\$	em SM	em R\$	em SM	
Norte	43	519,89	1,27	415,00	1,00	1.000,00	2,41	2,41
Nordeste	115	509,55	1,25	400,00	1,00	2.100,00	5,06	5,06
Centro-Oeste	31	525,08	1,27	415,00	1,00	1.312,95	3,16	3,16
Sudeste	282	582,58	1,41	390,00	1,00	1.968,50	4,74	4,74
Sul	149	527,38	1,29	415,00	1,00	1.123,07	2,72	2,72
Nacional⁽³⁾	8	689,77	1,69	415,00	1,00	1.134,00	2,73	2,73
Total	628	550,34	1,34	390,00	1,00	2.100,00	5,06	5,06

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas: 1) Valor mais elevado do subconjunto que reúne somente o menor dos pisos acordados para atividades-fim em cada uma das negociações.

2) Os números aqui obtidos resultam da divisão do maior piso salarial pelo menor, depois de convertidos em múltiplos de salários mínimos.

3) Pisos salariais definidos em acordos ou convenções coletivas de trabalho com abrangência nacional ou inter-regional.

Obs.: Os valores apresentados – monetários e convertidos em salários mínimos – não pertencem necessariamente à mesma unidade de negociação. Os valores do menor e do maior piso salarial em reais foram selecionados entre os valores monetários; e os valores do menor e do maior piso salarial em salários mínimos foram selecionados entre os valores convertidos em salários mínimos, não tendo, portanto, correspondência obrigatória entre si. Também as médias apresentadas em salários mínimos e em valor monetário foram calculadas de forma independente.

Pisos salariais e formação escolar

Quando analisados os pisos salariais segundo o nível de escolaridade exigido do trabalhador, fica claro o peso dado a este requisito na determinação dos valores pagos. Segundo o painel analisado, a média dos salários de ingresso em atividades que supõem nível universitário é 2,17 vezes superior à dos valores pagos para atividades que não exigem essa condição (Tabela 9).

Porém, quando são comparadas as diferenças existentes entre os menores pisos para atividades com diferentes níveis de escolaridade com as observadas no estudo de 2007, nota-se uma sensível redução. Em 2007, o menor piso para atividades de nível universitário era 66% superior ao menor piso das demais atividades. Em 2008, essa diferença caiu para 4%. Redução significativa também foi observada nas diferenças entre os pisos do primeiro quartil. Em 2007, a diferença era da ordem de 2,44 vezes. Em 2008, de 1,40.

Esse fato pode ser parcialmente explicado por uma mudança no critério de classificação dos pisos dos professores no SAS-DIEESE. Em 2008, os pisos dos professores em educação infantil, que antes eram classificados em atividades sem exigência de formação superior, passaram a ser considerados no conjunto dos pisos das profissões com nível

universitário, em conformidade com a LDBE – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³.

Ainda assim, se os pisos dos professores em 2008 (cinco registros no painel) fossem considerados como de atividades sem exigência de nível universitário, a diferença entre os menores pisos dos dois grupos subiria para 1,21 – inferior à apurada em 2007 – e entre os do primeiro quartil, para 2,95 vezes – neste caso, superior à de 2007⁴.

TABELA 9
Dados estatísticos sobre os pisos salariais acordados
para funções com e sem exigência de nível universitário
Brasil – 2008

Estatísticas	Nível não universitário (614 negociações)		Nível universitário (14 negociações)		Razão B/A ⁽¹⁾
	em R\$	em SM (A)	em R\$	em SM (B)	
Média	536,25	1,31	1.168,20	2,84	2,17
Menor piso	415,00	1,00	432,19	1,04	1,04
Primeiro quartil	436,79	1,07	622,54	1,50	1,40
Terceiro quartil	600,00	1,45	1.607,37	3,94	2,72
Maior piso	1.435,96	3,46	2.100,00	5,06	1,46

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Os números aqui obtidos resultam da divisão do maior piso salarial pelo menor, depois de convertidos em múltiplos de salários mínimos.

Obs.: Os valores apresentados – monetários e convertidos em salários mínimos – não pertencem necessariamente à mesma unidade de negociação. Os valores do menor e do maior piso salarial em reais foram selecionados entre os valores monetários; e os valores do menor e do maior piso salarial em salários mínimos foram selecionados entre os valores convertidos em salários mínimos, não tendo, portanto, correspondência obrigatória entre si. Também as médias apresentadas em salários mínimos e em valor monetário foram calculadas de forma independente.

Pisos salariais e salário mínimo necessário

A diferença entre o Salário Mínimo Necessário (SMN)⁵ e o salário mínimo oficial em 2008 foi um pouco superior à dos anos anteriores. Em 2006, a relação entre SMN e salário mínimo oficial, apurada mensalmente, foi, em média, de 4,46 vezes; em 2007, essa relação subiu para 4,51 e, em 2008, atingiu a casa de 4,89 vezes (Tabela 10).

Em decorrência desta elevação, apenas um dos 628 pisos analisados em 2008 ultrapassou o valor médio apurado no ano (4,89 SM) (Tabela 10).

³ Artigo 62 da Lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996.

⁴ É preciso considerar que certas flutuações entre os resultados de um ano para outro, principalmente naquelas baseadas em informações de poucos registros, podem ocorrer mais por mudanças de composição do painel do que por mudanças reais ocorridas nas negociações coletivas (cf. notas 6 e 7 das Notas Metodológicas, ao fim do estudo).

⁵ O Salário Mínimo Necessário é o valor estimado mensalmente pelo DIEESE, com base no custo da cesta básica de alimentos e nas demais despesas do orçamento de uma família composta por dois adultos e duas crianças, para cobrir as despesas previstas na Constituição Federal (art. 7º, inciso IV).

TABELA 10
Salário Mínimo Necessário em salários mínimos oficiais
Brasil - 2006 a 2008

Mês	2006	2007	2008
Janeiro	4,99	4,47	5,06
Fevereiro	4,92	4,46	5,00
Março	4,96	4,63	4,53
Abril	4,39	4,40	4,62
Maio	4,30	4,26	4,79
Junho	4,14	4,29	4,99
Julho	4,10	4,44	5,25
Agosto	4,12	4,56	4,88
Setembro	4,20	4,57	4,75
Outubro	4,31	4,73	4,85
Novembro	4,61	4,54	4,84
Dezembro	4,47	4,75	5,16
Média	4,46	4,51	4,89

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Considerações Finais

Conforme foi apresentado no transcorrer do estudo, nota-se grande aproximação entre o valor do salário mínimo oficial e os valores dos pisos salariais negociados pelas categorias profissionais analisadas. Trata-se de um acontecimento generalizado, que pode ser observado segundo todos os recortes considerados.

A principal explicação para o fato decorre da política de valorização do salário mínimo implementada nos últimos anos, que tem proporcionado ao mínimo reajustes em percentuais bem superiores à inflação e, fato importante, superiores à média dos reajustes salariais acompanhados pelo DIEESE.

Desde 2004, o movimento sindical brasileiro, por meio da ação conjunta das Centrais Sindicais assessoradas pelo DIEESE, promoveu e participou de uma série de atividades voltadas à valorização do salário mínimo – entre elas, as três marchas pelo salário mínimo.

Um dos resultados práticos da campanha, além dos aumentos reais concedidos entre 2005 e 2007, foi o estabelecimento de uma política de longo prazo de valorização do salário mínimo, que consiste nas seguintes regras:

Em março de 2008, reajuste pela inflação ocorrida desde o reajuste anterior (em abril de 2007), mais a variação do PIB em 2006;

Em fevereiro de 2009, reajuste pela inflação ocorrida desde o reajuste anterior, mais a variação do PIB em 2007;

Em janeiro de 2010, reajuste pela inflação ocorrida desde o reajuste anterior, mais a variação do PIB em 2008;

Em janeiro de 2011, reajuste pela inflação ocorrida nos 12 meses anteriores, mais variação do PIB de 2009.

A Tabela 11 mostra como a valorização do poder de compra do salário mínimo vem ocorrendo desde 2003. Nos dois primeiros anos, momento em que as discussões acerca do salário mínimo ganhavam força, os reajustes foram um pouco superiores à variação acumulada do INPC-IBGE. A partir de 2005, os aumentos reais passam a ser bem superiores, com destaque para 2006, quando os ganhos foram de 13%, em comparação ao INPC-IBGE.

TABELA 11
Reajustes do salário mínimo nacional
Brasil - 2003 a 2009

Período	Salário mínimo (em R\$)	Reajuste nominal (em %)	INPC-IBGE (em %)	Aumento real (em %)
Abril de 2002	200,00	-	-	-
Abril de 2003	240,00	20,0	18,5	1,2
Maio de 2004	260,00	8,3	7,1	1,2
Maio de 2005	300,00	15,4	6,6	8,2
Abril de 2006	350,00	16,7	3,2	13,0
Abril de 2007	380,00	8,6	3,3	5,1
Março de 2008	415,00	9,2	5,0	4,0
Fevereiro de 2009	465,00	12,1	5,9	5,8
Total do período	-	132,5	60,4	45,0

Elaboração: DIEESE

Uma medida do impacto dos reajustes do salário mínimo sobre a determinação do valor dos pisos salariais é o cálculo de quantos pisos são automaticamente reajustados no momento da aplicação do reajuste do mínimo. Segundo o painel do SAS-DIEESE, considerando-se as negociações de 2008 com data-base entre março e dezembro (547 unidades de negociação), cerca de 36% dos pisos foram automaticamente reajustados em 1º de fevereiro de 2009, para se adequar ao novo valor.

Características do painel

O painel estudado em 2008 é composto por 628 categorias, distribuídas por todas as regiões geográficas do país, além de contemplar os quatro grandes setores da economia.

Com relação à distribuição regional, cerca de 45% das unidades de negociação estudadas localizam-se no Sudeste, 24% no Sul, 18% no Nordeste, 7% no Norte e 5% na região Centro-Oeste. Ainda foram analisadas negociações salariais de caráter Nacional, que representam cerca de 1% do painel (Tabela 12).

TABELA 12
Distribuição dos pisos salariais por região geográfica
Brasil - 2008

Região	nº	%
Norte	43	6,8
Nordeste	115	18,3
Centro-Oeste	31	4,9
Sudeste	282	44,9
Sul	149	23,7
Nacional⁽¹⁾	8	1,3
Total	628	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Pisos salariais definidos em acordos ou convenções coletivas de trabalho com abrangência nacional ou inter-regional.

A maioria das categorias pertence à indústria (52%). Em seguida, aparecem o setor de serviços (31%), comércio (15%) e rural (3%) (Tabela 13).

TABELA 13
Distribuição dos pisos salariais por setor econômico
Brasil - 2008

Setor	nº	%
Indústria	324	51,6
Comércio	93	14,8
Serviços	194	30,9
Rural	17	2,7
Total	628	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

A distribuição segundo data-base revela uma concentração de negociações no mês de maio (31%). No primeiro semestre, destacam-se também os meses de março (13%), janeiro (8%) e abril (7%). No segundo semestre, período em que comumente se registram menos negociações no SAS, destacam-se os meses de setembro e novembro.

TABELA 14
Distribuição dos pisos salariais por data-base
Brasil - 2008

Data-Base	nº	%
Janeiro	52	8,3
Fevereiro	29	4,6
Março	79	12,6
Abril	46	7,3
Maio	195	31,1
Junho	35	5,6
Julho	29	4,6
Agosto	22	3,5
Setembro	48	7,6
Outubro	33	5,3
Novembro	47	7,5
Dezembro	13	2,1
Total	628	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) A baixa ocorrência no mês de Dezembro deve-se a atrasos normais na finalização dos processos de negociações coletivas das categorias com data-base nesse mês

As informações analisadas neste estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho acompanhados pelo SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários. Os documentos foram remetidos a este Departamento pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções do próprio DIEESE. Complementarmente foram coletadas informações no noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.

Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta num documento formalizado entre as partes.

Na maioria das unidades de negociação que compõem o painel, foram fixados dois ou mais valores para os pisos salariais. Para a análise quantitativa foi considerado, em cada acordo e convenção coletiva, exclusivamente o menor valor estabelecido para trabalhadores que desempenham a atividade-fim da empresa ou ramo econômico. Excluem-se desse escopo, portanto, os valores fixados para atividades intermediárias – entendidas como as de suporte para viabilizar a execução da atividade principal – como os demais fixados para atividades-fim.

Para a conversão do valor do piso salarial em múltiplos de salário mínimo, considerou-se o valor do salário mínimo vigente na data-base da categoria.

As informações coletadas no noticiário da imprensa podem estar incompletas. Pode ocorrer, no caso em que são acordados dois ou mais pisos, a divulgação de apenas um dos valores fixados.

O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística. Assim, os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências das negociações salariais no país.

A comparação entre os resultados de cada período observado não pode ser feita sem ressalvas, dado que cada painel anual não é composto pelo mesmo conjunto de negociações, embora parte delas esteja contida em ambos os painéis.

O foco único das análises aqui desenvolvidas é a negociação para definição de pisos salariais. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).

Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações relacionadas a essas categorias, que contrastam com as características das negociações desenvolvidas nos demais setores econômicos.



Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Tadeu Morais de Sousa – Presidente
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes
Alberto Soares da Silva – Vice-presidente
STI de Energia Elétrica de Campinas
João Vicente Silva Cayres – Secretário
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Diretor
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região
Antonio de Sousa – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sindicato dos Eletricitários da Bahia
José Carlos de Souza – Diretor
STI de Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul
Zenaide Honório – Diretora
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp)
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas de Curitiba
Josinaldo José de Barros – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel
Antonio Eustáquio Ribeiro – Diretor
SEE Bancários de Brasília – CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas
Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação
Claudia Fragozo dos Santos – coordenadora administrativa e financeira

Equipe técnica

Carlindo Rodrigues de Oliveira
Luís Augusto Ribeiro da Costa
Maria de Fátima Lage Guerra
Paulo Jager
Rafael Soares Serrao
Regina Camargos
Vera Gebrim

Equipe de Apoio

Mahatma Ramos dos Santos